

XV PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Em relação ao inquérito policial, é correto afirmar que:

- A) O inquérito policial é indispensável para o exercício da ação penal pública.
- B) A autoridade policial poderá arquivar o inquérito policial quando entender que o fato é atípico.
- C) O ofendido poderá requerer à autoridade policial a realização de diligências, cabendo à autoridade indeferir-las caso as julgue impertinentes.
- D) A autoridade policial poderá determinar o arquivamento do inquérito policial mediante autorização do juiz competente.
- E) Uma vez instaurado, o inquérito policial somente poderá ser encerrado com a conclusão das investigações, sendo vedado o arquivamento antes disso.

2. Sobre a ação penal pública condicionada à representação, assinale a alternativa correta:

- A) De acordo com o Código de Processo Penal, a representação pode ser retratada a qualquer momento, mesmo após o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.
- B) A representação é irretroatável após o oferecimento da denúncia, admitindo-se, contudo, retratação posterior mediante autorização judicial, quando demonstrada justa causa pelo ofendido.
- C) O prazo para oferecimento da representação é de seis meses, contado do dia em que o ofendido tomou conhecimento da autoria do crime.
- D) A falta de representação é causa de extinção da punibilidade pela decadência, podendo ser reconhecida de ofício pelo juiz em qualquer fase do processo.
- E) A representação somente pode ser oferecida pelo próprio ofendido, sendo vedada sua formulação por representante legal, ainda que a vítima seja incapaz.

3. Acerca da prisão em flagrante delito, analise as assertivas e assinale a correta:

- A) Somente autoridades policiais e seus agentes estão autorizados a realizar a prisão em flagrante.
- B) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado com instrumentos do crime até 48 horas após a sua prática.
- C) O auto de prisão em flagrante deve ser comunicado ao juiz competente no prazo de 72 horas após a realização da prisão.
- D) A prisão em flagrante de crime inafiançável pode ser realizada somente por agente de polícia.
- E) Em caso de infração de menor potencial ofensivo, ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

4. Sobre a prisão preventiva, nos termos do Código de Processo Penal após a Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime), é correto afirmar que:

- A) A prisão preventiva pode ser decretada de ofício pelo juiz, tanto durante a fase de investigação policial quanto no curso do processo penal.
- B) A prisão preventiva pode ser decretada em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, desde que requerida pelo Ministério Público, querelante ou assistente, ou representada pela autoridade policial, e presentes os seus requisitos legais.

- C) A garantia da ordem pública, por si só, jamais é fundamento suficiente para a decretação da prisão preventiva, devendo sempre estar acompanhada de outro fundamento do art. 312 do CPP.
- D) A prisão preventiva será obrigatoriamente decretada quando a pena máxima prevista para o crime for superior a quatro anos de reclusão.
- E) A prisão preventiva decretada durante a fase investigatória dispensa manifestação do Ministério Público, podendo ser requerida diretamente pelo ofendido ao juiz.

5. Com relação às provas no processo penal, assinale a alternativa correta:

- A) O juiz pode fundamentar sua decisão exclusivamente com base nos elementos informativos colhidos na investigação policial.
- B) As provas ilícitas são admitidas no processo penal quando forem as únicas disponíveis para a condenação do acusado.
- C) São inadmissíveis no processo as provas obtidas por meios ilícitos, sendo também inadmissíveis as provas delas derivadas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade ou quando puderem ser obtidas por fonte independente.
- D) O juiz formará sua convicção de forma livre, podendo utilizar provas ilícitas se assim entender necessário para a busca da verdade real no processo penal.
- E) A prova testemunhal é o único meio de prova admitido para demonstrar o fato principal no processo penal.

6. Acerca dos institutos despenalizadores previstos na Lei n. 9.099/95, assinale a alternativa correta:

- A) A composição civil dos danos, quando homologada pelo juiz, extingue a punibilidade nos crimes de ação penal pública incondicionada.
- B) A suspensão condicional do processo pode ser proposta nos crimes cuja pena mínima cominada seja inferior a um ano, abrangendo as hipóteses de concurso material de crimes.
- C) A transação penal implica reconhecimento de culpa pelo autor do fato e gera reincidência em caso de nova prática delitiva.
- D) Nos crimes de ação penal privada e de ação penal pública condicionada à representação, a composição civil dos danos homologada pelo juiz acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- E) A transação penal poderá ser proposta ainda que o autor do fato já tenha sido condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, desde que já reabilitado.

7. No âmbito da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e Súmula 542 do STJ, é correto afirmar que:

- A) É possível a aplicação da Lei n. 9.099/95 nos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, desde que a pena máxima não supere dois anos.
- B) Para a configuração da violência doméstica e familiar contra a mulher, é necessário que o agressor e a vítima coabitem no mesmo domicílio.
- C) A ação penal nos crimes de lesão corporal leve praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher é pública condicionada à representação da vítima.
- D) Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher não se aplica a Lei n. 9.099/95, independentemente da pena prevista.
- E) As medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha somente podem ser deferidas após o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.

DIREITO PENAL

8. Pedro aborda o veículo conduzido por Luiz no semáforo da Avenida Fernandes Lima, em Maceió/AL, portando uma arma de fogo e exigindo que a vítima abandone o automóvel, com a finalidade de subtrair o bem. Luiz, em pânico, tenta fugir acelerando o veículo. Pedro, então, efetua disparos contra o automóvel em movimento, atingindo a vítima fatalmente. Luiz vem a óbito horas depois em unidade hospitalar. Pedro não logra êxito na subtração do veículo, pois, diante da aproximação de populares e de uma viatura policial, empreende fuga do local sem o bem almejado.

Com base na situação hipotética narrada e na sistemática do Código Penal brasileiro, assinale a alternativa correta quanto à tipificação da conduta de Pedro:

- A) Tentativa de roubo, apenas.
- B) Latrocínio tentado, apenas.
- C) Latrocínio consumado, apenas.
- D) Homicídio consumado, apenas.
- E) Homicídio consumado e tentativa de roubo, em concurso.

9. Carla e Rafael mantiveram um relacionamento afetivo por dois anos, sem nunca terem coabitado. Após o término, Rafael passa a enviar mensagens ameaçadoras e a monitorar os perfis de Carla nas redes sociais, causando-lhe medo e perturbação emocional. Carla registra boletim de ocorrência e requer medidas protetivas de urgência. O juiz, ao analisar o pedido, considera que, como Rafael e Carla nunca residiram juntos, a Lei Maria da Penha não seria aplicável ao caso.

A decisão do juiz está:

- A) Correta, pois a lei exige coabitação para sua aplicação.
- B) Correta, pois encerrado o relacionamento, cessa a proteção da lei.
- C) Errada, pois a lei se aplica a quem conviva ou tenha convivido com o agressor, independentemente de coabitação.
- D) Errada, pois a lei só se aplica quando há violência física.
- E) Correta, pois a lei protege apenas vítimas que ainda residam com o agressor.

10. Patrícia é presa em flagrante transportando, em sua bagagem, significativa quantidade de cocaína. Em sua defesa, ela alega que desconhecia o conteúdo da mochila, pois a havia recebido de um conhecido para entregar a um endereço, sem saber o que havia dentro. O juiz, ao proferir sentença, condena Patrícia pelo crime de tráfico de drogas, afastando a alegação de desconhecimento.

Sobre o crime de tráfico de drogas (art. 33 da Lei n.º 11.343/2006), é correto afirmar:

- A) É crime de mão própria, não admitindo coautoria ou participação.
- B) É crime de perigo concreto, exigindo comprovação de dano efetivo à saúde pública.
- C) É crime afiançável, desde que o agente seja primário e de bons antecedentes.
- D) É crime de resultado, consumando-se apenas com a efetiva comercialização da droga.

E) É crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, nos termos da Constituição Federal.

11. Rogério, ao notar que Beatriz aguardava o ônibus distraída, ouvindo música com fones de ouvido, aproveita-se da situação e arrebatava a bolsa dela. Imediatamente após, ao perceber que Beatriz reagiu e tentou recuperar o bem, Rogério aponta-lhe um simulacro de arma de fogo para intimidá-la e garantir sua fuga. A vítima, sem se intimidar, pede socorro a policiais que realizavam patrulhamento nas proximidades. Rogério é preso em flagrante, e a bolsa é restituída a Beatriz.

Com base na situação descrita, Rogério responderá por:

- A) Roubo próprio.
- B) Roubo impróprio.
- C) Roubo tentado.
- D) Furto tentado e ameaça, em concurso.
- E) Roubo circunstanciado pelo emprego de arma.

12. Bruno combinou com Fábio que ambos dariam uma "surra" em Ricardo, desafeto de Fábio, apenas para intimidá-lo. Bruno concordou em participar somente de lesões corporais leves. No momento da execução, sem que Bruno soubesse ou tivesse combinado, Fábio sacou uma faca e desferiu golpes em Ricardo, causando-lhe a morte. Perícia posterior concluiu que o resultado morte, nas circunstâncias do fato, era previsível para qualquer pessoa que participasse da agressão com objeto cortante.

Com base no art. 29, § 2º, do Código Penal, assinale a alternativa correta:

- A) Bruno responderá por homicídio doloso, pois o crime mais grave foi praticado na execução do plano combinado.
- B) Bruno não responde por crime algum, pois desconhecia a intenção de Fábio de usar a faca.
- C) Bruno responderá apenas por lesão corporal leve, sem qualquer majoração, pois quis participar somente desse crime.
- D) Bruno responderá por lesão corporal, com a pena aumentada até a metade, pois o resultado morte era previsível.
- E) Bruno responderá por homicídio culposo, pois o resultado morte, embora não desejado, era previsível.

13. Considerando a legislação vigente, sobre as causas de extinção da punibilidade e os prazos de prescrição previstos no Código Penal, assinale a afirmativa correta:

- A) Roberto, 80 anos na data da sentença, foi condenado por estupro praticado contra Maria. Faz jus à redução do prazo prescricional à metade, pois o art. 115 do CP não distingue a natureza do crime para aplicação do benefício etário.
- B) A sentença que concede perdão judicial ao réu é considerada para fins de reincidência, pois representa condenação transitada em julgado.
- C) Nos crimes permanentes, a prescrição começa a correr do dia em que o crime foi planejado pelo agente, independentemente do início da execução.
- D) A morte do agente extingue a punibilidade de todos os coautores do crime, pois a responsabilidade penal é indivisível no concurso de pessoas.
- E) No concurso de crimes, a extinção da punibilidade incide sobre a pena total resultante da soma ou exasperação, e não sobre a pena de cada crime isoladamente.

14. Considerando a legislação vigente, sobre os crimes de homicídio e feminicídio previstos no Código Penal, assinale a afirmativa correta:

- A) O homicídio praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, tem a pena aumentada de 1/3 apenas quando a vítima for agente público.
- B) O homicídio culposo admite perdão judicial quando as consequências do crime atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- C) O feminicídio, após a Lei n.º 14.994/2024, constitui crime autônomo (art. 121-A do Código Penal), com pena de reclusão de 12 a 30 anos.
- D) O homicídio qualificado praticado mediante paga ou promessa de recompensa tem pena de reclusão de 6 a 20 anos, igual ao homicídio simples.
- E) Tanto no homicídio culposo quanto no doloso, a pena é aumentada de 1/3 se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

15. Sobre as normas fundamentais do processo civil e o princípio do contraditório, à luz do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O juiz pode decidir com base em fundamento sobre o qual não se tenha dado às partes oportunidade de manifestação, desde que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- B) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, ressalvadas a tutela provisória de urgência, as hipóteses de tutela da evidência previstas no art. 311, incisos II e III, e a decisão prevista no art. 701 do CPC.
- C) O princípio do contraditório aplica-se exclusivamente ao réu, não vinculando o juízo na análise dos pedidos formulados pelo autor.
- D) O princípio do contraditório fica afastado sempre que o juiz decidir matéria de ordem pública, dispensada inclusive a fundamentação da decisão.
- E) Em razão do princípio da celeridade, a tutela de urgência é concedida sem que se observe o contraditório, mesmo após a sua efetivação.

16. A respeito dos requisitos da petição inicial, conforme o art. 319 do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A petição inicial deve indicar apenas o juízo a que é dirigida e o pedido, sendo facultativa a exposição dos fatos e fundamentos jurídicos.
- B) É dispensável a atribuição de valor à causa quando a pretensão não tiver conteúdo econômico imediato.
- C) A petição inicial deve indicar, entre outros elementos, o juízo a que é dirigida; a qualificação das partes; o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; o pedido com as suas especificações; o valor da causa; as provas com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; e a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.
- D) A indicação do endereço eletrônico das partes é vedada pelo CPC por razões de proteção de dados.
- E) A petição inicial é peça exclusiva do processo de conhecimento, sendo dispensável nos procedimentos especiais.

17. Sobre o litisconsórcio, à luz do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O litisconsórcio será sempre facultativo, cabendo ao autor a livre escolha dos demandados.
- B) O juiz não pode, em qualquer hipótese, limitar o número de litisconsortes facultativos, ainda que o número excessivo comprometa a rápida solução do litígio.
- C) O litisconsórcio unitário é aquele formado por iniciativa do juiz, independentemente da vontade das partes.
- D) No litisconsórcio facultativo, a sentença deve, obrigatoriamente, decidir de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- E) Considera-se necessário o litisconsórcio quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos os que devam ser litisconsortes.

18. A respeito da revelia, conforme disciplinada no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A revelia implica, em todas as hipóteses, a imediata procedência do pedido formulado na petição inicial.
- B) Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, ressalvadas as hipóteses legais em que esse efeito não se produz.
- C) A revelia produz seus efeitos mesmo quando o litígio versar sobre direitos indisponíveis, dada a natureza objetiva da regra.
- D) Verificada a revelia, fica o réu impedido de intervir no processo em qualquer fase, ainda que a citação venha a ser anulada.
- E) Os efeitos da revelia, uma vez configurados, são absolutos, impondo ao juiz o julgamento antecipado de mérito, sem possibilidade de produção de prova.

19. Quanto à tutela provisória de urgência, prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- B) Será concedida exclusivamente em caráter antecedente, vedada sua postulação em caráter incidental.
- C) Independe da demonstração de probabilidade do direito quando requerida em caráter antecedente.
- D) Será concedida quando estiverem demonstrados, cumulativamente, o abuso do direito de defesa e o manifesto propósito protelatório da parte contrária.
- E) Exige a prestação de caução real em todos os casos, sob pena de não conhecimento do pedido.

20. A respeito dos elementos essenciais da sentença, à luz do Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar:

- A) A sentença prescinde do relatório quando proferida em ações de menor complexidade no procedimento comum.
- B) Considera-se fundamentada a decisão que se limita a invocar precedente ou enunciado de súmula sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar sua adequação ao caso concreto.
- C) A sentença pode dispensar o dispositivo quando o juiz remeter à fundamentação as conclusões adotadas.
- D) São elementos essenciais da sentença o relatório, os fundamentos e o dispositivo.

E) A sentença terminativa, por não enfrentar o mérito, dispensa o cumprimento dos requisitos previstos em lei para a sua estruturação.

21. Sobre a competência do Juizado Especial Cível, à luz da Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Compete ao Juizado Especial Cível processar, conciliar e julgar causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.
- B) São de competência do Juizado Especial Cível, independentemente do valor da causa, as ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas.
- C) A competência do Juizado Especial Cível é absoluta, vedada a opção do autor pelo procedimento comum.
- D) Compete ao Juizado Especial Cível processar e julgar as causas de natureza alimentar, qualquer que seja o valor.
- E) O Juizado Especial Cível tem competência para a ação de despejo para uso próprio apenas se o valor da causa não exceder dez salários mínimos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

22. Acerca dos princípios constitucionais expressos da Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- B) O princípio da eficiência, por ter sido incluído no texto constitucional apenas pela Emenda Constitucional nº 19/98, possui aplicabilidade meramente programática, dependendo de lei posterior para produzir efeitos.
- C) Os princípios constitucionais expressos da Administração aplicam-se apenas à Administração Direta, excluídas as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- D) O princípio da supremacia do interesse público é o único princípio constitucional expresso da Administração Pública.
- E) A moralidade administrativa não foi recepcionada como princípio constitucional autônomo, sendo subsumida ao princípio da legalidade.

23. Acerca da invalidação dos atos administrativos, à luz das Súmulas nº 346 e nº 473 do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A Administração Pública somente pode anular seus próprios atos mediante prévia autorização do Poder Judiciário, em razão do princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- B) A anulação do ato administrativo pressupõe vício de legalidade e produz, em regra, efeitos ex tunc, retroagindo à data da prática do ato, uma vez que de atos ilegais não se originam direitos; já a revogação funda-se em juízo de conveniência e oportunidade, opera efeitos ex nunc e deve respeitar os direitos adquiridos.
- C) A revogação do ato administrativo pode ser exercida pela Administração por motivo de ilegalidade, hipótese em que produzirá efeitos retroativos, alcançando, inclusive, situações jurídicas consolidadas.
- D) A anulação do ato administrativo pela própria Administração afasta, em definitivo, a possibilidade de apreciação judicial da matéria, em homenagem à autotutela administrativa.

- E) A Administração pode revogar atos administrativos vinculados por simples juízo de conveniência e oportunidade, desde que respeitados os direitos adquiridos.

24. Segundo a doutrina majoritária, os requisitos (ou elementos) de validade do ato administrativo são:

- A) Presunção de legitimidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade.
- B) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- C) Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- D) Competência, motivo e objeto, apenas.
- E) Forma, motivo e finalidade, apenas.

25. Sobre a organização administrativa, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A Administração Indireta compreende exclusivamente as autarquias e as fundações públicas.
- B) Sociedade de economia mista é entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, criada por lei, para a exploração de atividade econômica.
- C) Empresa pública é entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo do ente federativo competente, criada por lei autorizadora, para a exploração de atividade econômica.
- D) Autarquia é pessoa jurídica de direito privado, criada por contrato social, para a execução de atividades típicas da Administração Pública.
- E) Os órgãos públicos da Administração Direta possuem personalidade jurídica própria e capacidade para serem parte em juízo em nome próprio.

26. Sobre o poder discricionário da Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O poder discricionário confere ao agente público liberdade ilimitada de escolha, podendo praticar atos com fundamento exclusivo em sua vontade pessoal, dispensada a observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
- B) O poder discricionário confunde-se com o poder arbitrário, sendo ambos manifestações da supremacia do interesse público que afastam o controle judicial dos atos administrativos.
- C) Nos atos administrativos discricionários, todos os requisitos de validade comportam juízo de conveniência e oportunidade pela Administração.
- D) O poder discricionário é a margem de liberdade conferida pela lei à Administração para, diante do caso concreto, escolher a solução mais adequada ao interesse público, segundo critérios de conveniência e oportunidade, limitando-se o controle judicial, em regra, aos aspectos de legalidade, sendo vedado ao Judiciário substituir o mérito administrativo.
- E) O poder discricionário recai exclusivamente sobre o requisito da competência, sendo os demais elementos do ato sempre vinculados ao texto legal.

27. Sobre os princípios da licitação previstos na Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assinale a alternativa CORRETA:

- A) A licitação rege-se exclusivamente pelos princípios da legalidade e da economicidade, sendo dispensáveis os demais.
- B) O princípio do julgamento objetivo permite à comissão de licitação escolher a proposta com base em critérios subjetivos não previstos no edital, desde que devidamente justificados.
- C) Entre os princípios que regem as licitações destacam-se a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, a eficiência, o interesse público, a probidade administrativa, a igualdade, o planejamento, a transparência, o julgamento objetivo e a vinculação ao edital.

- D) O princípio da vinculação ao edital pode ser afastado discricionariamente pela autoridade administrativa, mediante motivação superveniente.
- E) O princípio do sigilo das propostas é absoluto e impede, em qualquer hipótese, o acesso público às propostas após a homologação do certame.

28. A Lei nº 8.987/95 disciplina o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. Sobre o tema, é CORRETO afirmar:

- A) A concessão de serviço público pode ser delegada a pessoa física, desde que esta comprove regularidade fiscal e capacidade técnica.
- B) A concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- C) A concessão de serviço público dispensa licitação em qualquer hipótese, podendo ser firmada por contratação direta.
- D) A concessão de serviço público é firmada por prazo indeterminado, vedada a fixação de termo final no contrato.
- E) A concessão de serviço público pode ser delegada pelo Poder Judiciário, no exercício de sua função administrativa atípica, independentemente de previsão legal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29. Quando a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, caberá o seguinte remédio constitucional:

- A) Mandado de Injunção
- B) Mandado de Segurança
- C) Habeas Data
- D) Ação Popular
- E) Ação Civil Pública

30. A emenda constitucional é importante instrumento de reforma e atualização da Constituição Federal. Têm legitimidade para propor emenda constitucional:

- A) Um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; o Presidente da República; mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros; iniciativa popular, desde que represente um por cento do eleitorado nacional.
- B) Um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados; o Presidente da República; o Procurador Regional da República; mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- C) Um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; o Presidente da República; mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- D) Um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; o Presidente da República; o Procurador Regional da República; mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros; os Governadores de Estado.

- E) Um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; os Governadores de Estado; mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

31. As cláusulas pétreas estão elencadas no art. 60, §4º, da Constituição Federal. Trata-se de dispositivos que não podem ser abolidos ou alterados, nem mesmo por emenda constitucional. Aponte a alternativa que traz uma cláusula pétrea:

- A) Os direitos coletivos
- B) O sistema de governo republicano
- C) A iniciativa popular de lei
- D) A separação dos Poderes
- E) O regime democrático

32. Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- A) ninguém será privado de direitos por motivo de crença pessoal, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal, podendo recusar-se a cumprir prestação alternativa, desde que de forma fundamentada.
- B) ninguém será privado de direitos por motivo de crença ideológica, podendo as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.
- C) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- D) ninguém será privado de direitos por motivo de convicção filosófica ou política, podendo as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, independentemente do cumprimento de prestação alternativa.
- E) ninguém será privado de direitos por motivo de convicção política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, podendo recusar-se a cumprir prestação alternativa, desde que de forma expressa.

33. Existem determinados crimes que pela sua gravidade a Constituição Federal veda a concessão de fiança, graça ou anistia. Assinale a alternativa que indica quais são esses crimes:

- A) tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tortura e terrorismo
- B) tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tortura, terrorismo e hediondos
- C) crimes dolosos contra a vida, tortura e hediondos
- D) hediondos
- E) crimes dolosos contra a vida, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tortura, terrorismo e hediondos

34. Determinados remédios constitucionais são ações gratuitas, bem como, os atos necessários ao exercício da cidadania. Aponte as ações gratuitas:

- A) Habeas Corpus e Habeas Data
- B) Habeas Corpus e Mandado de Injunção
- C) Habeas Data e Mandado de Segurança
- D) Mandado de Segurança e Ação Popular
- E) Mandado de Injunção e Ação Popular

35. No capítulo sobre direitos políticos, a Constituição Federal regulamenta temas como soberania popular, exercício do voto e condições de elegibilidade. O alistamento eleitoral e o voto são:

- A) obrigatórios para os maiores de dezesseis anos, facultativos para os maiores de oitenta anos
- B) obrigatórios para os maiores de dezoito anos, facultativos para os analfabetos
- C) obrigatórios para os maiores de dezesseis anos, facultativos para os maiores de setenta anos
- D) obrigatórios para os maiores de dezoito anos, facultativos para os maiores de oitenta anos
- E) obrigatórios para os maiores de dezesseis anos, facultativos para os analfabetos

36. A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição Federal. Aponte o cargo que não é privativo de brasileiro nato:

- A) Presidente do Senado Federal
- B) Oficial das Forças Armadas
- C) Ministro de Estado da Defesa
- D) Ministro da Justiça
- E) Ministro do Supremo Tribunal Federal

37. A competência para legislar pode ser privativa da União ou concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Aponte a matéria que não compete a União legislar de forma privativa:

- A) Desapropriação
- B) Direito civil
- C) Águas e energia
- D) Serviço postal
- E) Produção e consumo

38. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

- A) o prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- B) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, vedado o direito de reunião.
- C) as funções de confiança podem ser exercidas indistintamente por servidores ocupantes de cargo efetivo ou por particulares sem vínculo com a Administração, destinando-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- D) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- E) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedados aos estrangeiros, na forma da lei.

DIREITO CIVIL

39. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano

implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem (art. 927, parágrafo único). Esse dispositivo consagra a responsabilidade civil:

- A) Subjetiva baseada na imperícia técnica.
- B) Contratual com culpa comprovada em juízo.
- C) Objetiva.
- D) Inexistente no ordenamento brasileiro.
- E) Subsidiária por omissão do Estado.

40. Conforme a regra geral estabelecida no art. 205 do Código Civil, a prescrição ocorre em _____ anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor. Preenche corretamente a lacuna:

- A) 2 anos.
- B) 3 anos.
- C) 5 anos.
- D) 10 anos.
- E) 20 anos.

41. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com (art. 45):

- A) A simples reunião informal de seus sócios fundadores.
- B) A existência da primeira nota fiscal eletrônica de prestação de serviços.
- C) O alvará de localização e funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal.
- D) A inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessária, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- E) A abertura de conta-corrente bancária em nome da sociedade empresarial.

42. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete (art. 186):

- A) Negócio jurídico bilateral anulável.
- B) Ato ilícito.
- C) Exercício regular de um direito reconhecido.
- D) Caso fortuito ou força maior.
- E) Ato administrativo vinculado à natureza civil.

43. Nos termos do art. 215 do Código Civil, a escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de:

- A) Fé pública, fazendo prova plena.
- B) Presunção absoluta de veracidade que não admite qualquer tipo de prova em contrário.
- C) Validade apenas quando assinada por três testemunhas obrigatoriamente parentes das partes.
- D) Efeito meramente opinativo e informativo perante o magistrado no processo civil.
- E) Eficácia condicionada ao registro em cartório imobiliário no prazo de 48 horas.

44. O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo (aquele que aos olhos de todos parece ser o verdadeiro credor, mas não é):

- A) É nulo de pleno direito.
- B) É válido, ainda provado depois que não era credor.
- C) Obriga o devedor a realizar o pagamento novamente ao verdadeiro credor.
- D) Só possui validade jurídica se o valor envolvido for inferior a um salário mínimo.
- E) Necessita de ratificação posterior por decisão judicial arbitral.

45. São relativamente incapazes, exceto:

- A) Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- B) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico.,
- C) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- D) Os pródigos.
- E) Os menores de 16 (dezesseis) anos

DIREITO DO CONSUMIDOR

46. Nos termos do artigo 2º do CDC, consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como:

- A) Destinatário intermediário.
- B) Destinatário final.
- C) Fornecedor primário.
- D) Comerciante.
- E) Beneficiário subsidiário.

47. O artigo 3º do CDC define fornecedor. Qual das seguintes alternativas NÃO está expressamente elencada no rol de atividades que caracterizam o fornecedor?

- A) Produção e montagem.
- B) Importação e exportação.
- C) Prestação de serviços gratuitos sem qualquer caráter comercial ou reflexo econômico.
- D) Distribuição ou comercialização de produtos.
- E) Criação e construção.

48. É direito básico do consumidor a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados:

- A) Normais e previsíveis.
- B) De alto custo financeiro.
- C) Perigosos ou nocivos.
- D) Importados de forma legal.
- E) Isentos de taxas tributárias.

49. O art. 6º, VIII, do CDC prevê a facilitação da defesa dos direitos do consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for:

- A) O fornecedor considerado hipossuficiente.
- B) O valor da causa superior a 40 salários mínimos.
- C) O processo extinto sem resolução de mérito.
- D) Verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.
- E) A ação proposta perante o Tribunal de Justiça do Estado.

50. De acordo com o art. 26, §3º, tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se:

- A) No momento em que ficar evidenciado o defeito.
- B) No momento da compra do produto.
- C) No momento da primeira ligação do produto.
- D) No momento em que a fornecedora tomar ciência acerca do vício.
- E) No momento em que ocorrer o efetivo dano ao consumidor decorrente do vício.